

Instituto ganha novo site no portal gov.br



Proporcionar uma experiência mais fácil ao acessar serviços e informações na internet, além de padronizar a navegação, a linguagem e a identidade visual das páginas do governo. Esses são os principais objetivos da migração dos sites das instituições federais – incluindo o INCA – para o gov.br.

O lançamento do portal do Instituto no gov.br aconteceu no dia 22 de julho e atende ao decreto presidencial 9756/2019, que estabeleceu o portal único. O atual endereço é www.gov.br/inca.

A jornalista do Serviço de Comunicação Social (SECOMSO) Eliana Pegorim, que fez parte do grupo de trabalho responsável pela transformação, explica que o planejamento começou em março, numa parceria entre

o SECOMSO, o Serviço de Tecnologia da Informação e o Conselho Gestor de Internet e Intranet. Mas todas as áreas da instituição foram chamadas para auxiliar no processo. “A intenção é que o usuário tenha tudo no mesmo local. Ou seja, a ideia é padronizar e unificar o acesso aos serviços e informações. Isso traz vantagens, já que com as informações de vários órgãos no mesmo lugar, o usuário pode ter acesso aos conteúdos do INCA nos resultados de busca de outros sites do Governo Federal”, afirma.

O visual do portal único foi pensado para ser mais atraativo e moderno. Há itens variáveis como notícias e assuntos específicos de cada órgão, e outros, obrigatórios, como a agenda do dirigente, canais de atendimento e centrais de conteúdo.

PREVENÇÃO

Divisão de Controle do Tabagismo atualiza material sobre dispositivos eletrônicos para fumar

A Divisão de Controle do Tabagismo e Outros Fatores de Risco (DITAB), em parceria com o Serviço de Comunicação Social, atualizou o folheto sobre dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs). O material traz o alerta: “Não se deixe enganar pelas novidades. Dispositivos eletrônicos para fumar também matam”.

A atualização foi feita ao mesmo tempo em que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) elaborava relatório sobre o tema. O prazo para a reunião de contribuições ao documento parcial de Análise de Impacto Regulatório (AIR) referente à tomada pública de subsídios que trata do uso dos DEFs terminou em 10 de junho. O objetivo foi receber evidências técnicas e científicas para a elaboração do texto final, que será submetido à avaliação da Diretoria Colegiada da agência.

Os riscos inerentes ao uso de DEFs são diversos, com causas e consequências mapeadas no relatório parcial. Por exemplo, o marketing dos DEFs dirigido a jovens e adolescentes, com a consequente experimentação e iniciação do uso desses produtos; a renormalização

do ato de fumar; a manutenção de produtos de tabaco por meio do uso duplo (DEF e produtos tradicionais); o risco de aumento do tabagismo no Brasil diante do efeito “porta de entrada” ou da recaída de ex-fumantes, dentre outros.

A coordenadora de Prevenção e Vigilância do INCA, Liz Almeida, destacou o apoio da instituição à Alternativa 2 proposta no relatório parcial. “Essa alternativa prevê a manutenção da proibição da comercialização, importação e propaganda dos DEFs, com a revisão e melhoria do texto atual da RDC nº 46/2009. A Alternativa 2 propõe ainda medidas regulatórias centradas em ações para a proteção da população quanto aos riscos dos DEFs, em especial de crianças, adolescentes e jovens”, ressaltou.

NÃO SE DEIXE ENGANAR PELAS NOVIDADES.

Dispositivos eletrônicos para fumar também matam.

